



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

IAN MACEDO OLIVEIRA MENDES

LÂMINAS DE PODER: AS MÚLTIPLAS FACETAS DA ESPADA MEDIEVAL

São Cristóvão
2026

IAN MACEDO OLIVEIRA MENDES

LÂMINAS DE PODER: AS MÚLTIPLAS FACETAS DA ESPADA MEDIEVAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Licenciatura em História do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para à obtenção do Grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, meu pai, familiares, meus amigos próximos e distantes de onde moro e aos meus professores que fizeram parte de minha trajetória.

Quem ousa vence

Sir David Stirling

RESUMO

O trabalho a seguir tem como principal ponto apresentar uma nova visão acerca de um dos objetos mais icônicos da Idade Média, a Espada Medieval. Relatamos e elucidamos as diferentes aplicações e influências no qual este artefato de objetivo simples na arte da guerra é capaz de sobressair seu papel para além de uma ferramenta de batalha, ocupando o espaço como um artefato para reforçar narrativas religiosas ou políticas entre os diferentes grupos sociais presentes no feudo medieval ou como o resultado de um ofício que movimenta uma parcela da economia local, desde de sua extração ao refino de minerais e produção de cada armamento distinto.

Palavras-Chave: Espada Medieval, História Medieval, Metalurgia Medieval

ABSTRACT

The following work presents its main argument about a new vision on one of the most iconic objects in the Medieval Ages, the Medieval Sword. Reporting and discussing the many applications and influences from which this simple artifact of war is capable of expressing its role past beyond of a mere tool of warfare, occupying places as an object to reinforce religious or political narratives between different social groups presents in the medieval feud or as a result of a work which moves a portion of the local economy, from extraction and refinement of minerals to the confection of different armaments.

Keywords: Medieval Swords, Medieval History, Medieval Metallurgy

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CAPÍTULO 1 – A ESPADA GUERREIRA.....	17
3. CAPÍTULO 2 – A ESPADA DIVINA.....	26
4. CAPÍTULO 3 – A ESPADA CIVIL.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

Dos campos de batalha aos salões mais luxuosos das cortes reais europeias, de amostras museológicas a reconstruções feitas com materiais e técnicas contemporâneas para lazer e práticas de esgrima, de filmes épicos e heroicos para videojogos de fantasia e simulações medievais. Em todos estes ambientes, a notada presença do cavaleiro medieval revestido da cabeça aos pés por uma estrondosa e pesada armadura de placa, caracterizado por sua heráldica familiar e outros detalhes únicos sempre é remetida pois afinal trata-se de um dos fenômenos sociais mais comuns da Idade Média. Mas para além de sua couraça, cores dinásticas e plumas de elmo ele sempre se encontra portando um de vários instrumentos bélicos, propriamente pensados e forjados para designar suas funções em combate. Martelos de guerra, machados, lanças, escudos e uma imensidão de subtipos distintos de cada um destes equipamentos, porém de longe o mais icônico é a mera silhueta de uma longa lâmina, erguida e postas nas mãos de um nobre guerreiro que manuseia-a segurando em um punho em uma de suas extremidades, a tão reconhecida Espada Medieval.

De lâminas místicas e religiosas como a *Durandal* das Canções de Rolando e *Excalibur* das Lendas Arturianas, lâminas empunhadas por grandes senhores e nobres medievais como a *Lobera* do Rei Fernando III de Castela e a *Montante* de William Wallace da Escócia, e até as mais contemporâneas representações destas armas de guerra em filmes e outras mídias de entretenimento como a *Narsil* de *Senhor dos Aneis* e a amaldiçoada *Frostmourne* de *World of Warcraft*, a visão comum é que cada uma destas ferramentas forjadas por exímios e experientes metalúrgicos servem apenas um propósito que justificam sua produção em larga escala, armar um combatente para uma guerra que irá travar. Entretanto, cada uma destas lâminas de nome próprio, sobretudo aquelas que temos conhecimento concreto em citações em textos literários concretos ou oriundas dos inventários documentados de nobres feudais, e até mesmo aquelas não nomeadas em muitas instâncias são capazes de desempenhar um papel que vai muito mais além dos sangrentos confrontos em campos abertos da Europa Medieval. Muito pelo contrário a Espada Medieval talvez, seja assim como o próprio indivíduo que a empunha seja na guerra ou dentro de seu castelo, tão importante para entendermos alguns aspectos das relações de poder, dominação e influência que permeiam toda trajetória da Idade Média.

Esta pesquisa tem como principal proposta a discussão e revisão da Espada Medieval

Europeia como um objeto para além de seu uso em combate militar, retratando-a como uma ferramenta de manutenção das diferentes dinâmicas de poder e influência na esfera política, religiosa, econômica e até identitária de algumas culturas. Este estudo parte de análises anteriores de distintos autores no qual citam em diferentes prioridades, diretamente ou indiretamente, o papel da espada nas diferentes esferas da sociedade feudal seja nas mãos de um combatente da alta nobreza, um clérigo cristão, um mercenário ou nas mãos de um civil dentro de seu burgo.

Para além da vasta seleção de artigos e outras produções acadêmicas vinculadas ao assunto em particular, assim como referenciadas no grande escopo da dinâmica bélica da idade média, buscamos prioritariamente analisar a espada medieval europeia em três distintos contextos dentro do medievo feudal: No âmbito bélico, no âmbito divino e por fim no âmbito civil. Nestes três capítulos o objetivo prioritário é trazer uma breve, porém completa análise acerca das distintas facetas operacionais no qual a espada medieval é capaz de exercer perante as mais diferentes instâncias de uso, isto é, como e por qual motivo a espada assume uma posição de influência política seja como moeda de troca ou de delimitação territorial, cultural, divina e entre outras praticidades quando retirada de seu ambiente padrão nos campos de batalha da Europa medieval.

A medida que o objetivo primário é propriamente apresentado e descrito perante cada capítulo, abrimos as portas também para a inserção de outras discussões e análises secundárias com base em cada passagem desta pesquisa como a própria noção de multiplicidade na produção, uso e até pertencimento de distintas espadas que, por mais que a visão comum e geral uma utilização padrão como ferramenta de combate, nenhuma lâmina por é igual a uma outra parecida seja explicado por diversos fatores como as próprias etapas antecedentes oriundas do metalúrgico que as forjou, a qualidade dos materiais e técnicas utilizadas tão quanto as especificações de cada artefato submetidas por seu dono ao artesão de escolha que somados nos permitem justificar o motivo por trás de existirem “Espadas Únicas”, isto é aquelas que possuem nome e características marcantes na história medieval, como a *Excalibur* da mitologia arturiana e a dupla *Tizona e Colada*, as armas de El Cid, possuírem não apenas uma narrativa literária escrita e descrita mas por si serem objetos cobiçados e respeitados dentro de suas respectivas sociedades a tal ponto de serem usadas como unificadores de culturas e identidades dentro de um espaço geográfico.

Ademais alinhado ao objetivo primário deste debate assim como as discussões

paralelas desenvolvidas ao decorrer desta pesquisa, propõe-se analisar o objeto de estudo selecionado com base diversas perspectivas metodológicas a fim de promover uma análise precisa e pontual acerca de cada tópico anteriormente citado, para isto, três metodologias e teorias de três distintos autores foram selecionados para servir de pilar para as discussões a seguir neste trabalho. Em primeiro caso, a linha teórica da História Cultural prontamente firmada e salientada na obra *História Cultural: Entre práticas e representações* escrito por Chartier (1988) especificamente ao adotarmos sua abordagem no que se diz a respeito do “Simbolismo Cultural” no qual diferentes culturas podem buscar em prol de expressar a si a sua própria identidade e história a partir de distintas interpretações no qual o indivíduo constrói sobre si mesmo e no cruzamento da credibilidade daqueles ao seu redor sobre sua própria visão, isto é, nos vários significados no qual uma expressão, manifestação ou objeto selecionado podem projetar acerca do desejo de identificar em um denominador comum cultural uma forma de poder ou influência para servir á si como moeda de jogo político, manifestação cultural ou delimitador de características sociais.

“Nomear estes motivos abre um primeiro debate: será necessário identificar como símbolos e considerar como “simbólicos” todos os signos, actos ou objectos, todas as figuras intelectuais ou representações colectivas graças aos quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural, construindo assim a sua realidade apreendida e comunicada?” (CHARTIER, 1988, p. 19)

Nesta perspectiva, Chartier (1988) nos propõe analisarmos estes objetos históricos sob as lentes de duas possíveis lógicas racionais. A primeira que toma o objeto como mero instrumento representativo de conhecimentos no qual mesmo sua ausência é capaz de ser substituída por uma simples figura simbólica sem a perda de seu sentido, o que nesta aplicação voltada a Espada nos permite compreender que a mera figura desenhada ou mencionada de uma lâmina em particular é capaz de ecoar algum sentimento ou noção factual, lógica, que permeia muito além de sua existência física. Já tomando pela sua segunda linha de raciocínio, atribui-se estas mesmas representações vinculadas a um aspecto natural, emocional onde em muitos casos a própria iconografia de um símbolo mesmo que não faça jus a uma noção concreta de conhecimento ainda sim revoga um eco de memória através de sensações ou emoções táteis, como exemplifica o autor: “O leão é o símbolo do valor; a esfera, o da inconstância; o pelicano, o do amor paternal. Uma relação compreensível é, então, postulada entre o signo visível e o referente por ele significado o que não quer dizer que seja necessariamente estável e unívoca” (CHARTIER, 1988, p.20-21)

É a partir desta perspectiva do autor que podemos, por exemplo, debater sobre a forma

de como uma Espada ela pode ser apresentada dentro de uma fábula literária medieval de época ou posterior visualizando a maneira como tal lâmina é descrita. Neste caso, quais atribuições e representações a figura de um cavaleiro empunhando sua fiel companheira quer nos revelar e narrar acerca do enredo e contexto por trás das entrelinhas escritas nestes textos, que em muitos momentos passam despercebidos ou não são elucidados diretamente o que permite ao leitor sua interpretação pessoal acerca disto. Na literatura e mídia contemporânea, por exemplo, o uso de uma trilha sonora ou reação de imponência e poder vindo de um personagem que manuseia esta arma são formas no qual expressam esta aura de formidável força e misticismo que a mera silhueta de uma lâmina é capaz de projetar, obras como *Senhor dos Anéis* de J.R.R Tolkien apresentam ao leitor ou telespectador momentos de grande tensão ou expectativa que são solucionados com a simples presença de uma figura heroica portando uma Espada em suas mãos, seja quando o protagonista Aragorn empunha uma reforjada *Narsil*, nomeada *Andúril*, sendo a lâmina de seu antepassado que derrotou o temível *Sauron* anteriormente ou, citando uma obra folclórica da época, quando o Rei Arthur ao receber a mística *Excalibur* seja através de sua remoção de uma pedra ou apresentada pela Dama do Lago, a depender da versão literária, justifica sua linhagem sanguínea de realeza ao demonstrar ser capaz de erguer a espada e por fim ser declarado como Rei dos Bretões.

A segunda linha teórica-metodológica a ser usada, com base em sua obra *A Cavalaria*, é a de Flori (2005) que nos demonstra que os ritos acerca da espada seguem muito anterior até a própria noção de uma milícia cavaleira e mesmo posterior ao seu surgimento seguem vividos e comuns dentro do cenário europeu. Os armamentos vinculados a nobreza guerreira franca do século IX, que posteriormente serão cobiçados por gerações seguintes de cavaleiros por seu valor simbólico, assim como as armas dadas como presentes por membros da casta episcopal do cristianismo demonstram esta multiplicidade entorno da Espada como moeda de troca entre senhores e sacerdotes. A Espada assim como outros armamentos e ferramentas bélicas ao contrário da Idade Antiga passa a possuir uma conotação de pertencimento, isto é, aquele que busca se tornar um nobre guerreiro ou visa uma titulação de respeito e influência aos olhos da Igreja tem como o símbolo da mão armada por uma espada como um “Coringa” nas relações políticas e sociais internas de seu território e externas aos seus vizinhos. A própria prática da vassalagem, muito desenhada em iconografias demonstrando um lorde menos influente ou que busca aliados ajoelhado perante a uma figura de maior autoridade política, jurando servi-lo em seus interesses em troca de auxílio ou poder que são firmados pelo simples, porém impactante gesto de aproximar uma Espada em ambos os lados de seu ombro.

“Nessas épocas, conhecemos fórmulas de coroação reservadas a duques e condes e também entregas de armas destinadas a príncipes de menor importância, e até a senhores ou castelões que exerciam, teoricamente em nome de seu rei, funções públicas da alçada real: direito de *banimento* ou autoridade militar, direito de justiça, direito de cunhar moeda, etc.” (FLORI, 2005, pg.35)

A Igreja Católica à luz de seus séculos iniciais de consolidação na Europa Pós-Roma por mais que tratasse a casta cavaleiresca como meros executores da lei e da violência bélica, assim como os mesmos integrantes dessa emergente nobreza, via os ritos cerimoniais atrelados a objetos e gestos de poder como a Espada como uma forma de garantir a sua proteção como instituição e aos seus interesses. Claro que, aos breves séculos do auge do poderio carolíngio, a eleição de Carlos Magno como “defensor designado” por Roma torna-se irrelevante à medida que a complexidade e multipolaridade de influências políticas, militares e econômicas vão cada vez tornando este balanço de influências cativante ao clero político. Como cita Flori (2005), em referência a este aspecto político de um cavaleiro receber as bençãos ou indumentárias de uma figura clerical: “Eles são apenas seus ancestrais, destinados não a cavaleiros “comuns”, mas a guerreiros de um tipo particular, os “defensores ou vassalos-guerreiros da igreja”, como indica aliás o título do Ordo de Cambrai contido em um manuscrito de Colônia do fim do século IX. A função específica destes guerreiros facilitava oportunamente a adoção de orações reais ou principescas, muito rica em elementos éticos que incluem, entre outros, a defesa e a proteção da Igreja no sentido amplo do termo” (Flori, 2005, pg. 37). Pós século IX, com um cenário feudal muito mais multipolar e internamente complexo entre regiões, a busca pela aprovação da coroa papal torna-se ainda mais cobiçada entre os nobres feudais. A mera comparação, por mais que mínima, entre a indumentária ou inventário de armas, armaduras e objetos simbólicos ofertados pela Igreja local entre dois cavaleiros por si já nos permite analisar as finas linhas que dividem um lorde de outro, e claro, uma Espada de outra. A noção que perdura até meados do século XII é de uma incessante batalha entre estes diversos grupos de lordes e barões, ou até mesmo entre igrejas ou monastérios de regiões distintas, pela benção de Roma tem como consequência uma expansiva e preocupante ascensão nas escaramuças internas ao redor da Europa, de um cavaleiro contra o outro em prol de bens e favores maiores com o alto clero.

Os textos de São Bernado de Claraval, em vésperas das Cruzadas, cuja seu cunho tem por “unir” estes guerreiros que buscam as titulações e aparelhos sagrados em prol de um inimigo em comum desagua como um balde afim de apagar as chamas belicosas que incendiavam o cenário europeu da época. Os “Soldados de Cristo” como Claraval os convoca

passam a ser todos aqueles guerreiros, da mais alta honraria senhorial ao levante de milícias campestres, que portam não apenas tabardos e vestes com a cruz cristã como símbolo de sua extensão institucional e política mas também arma-os em seus braços Espadas como uma forma de responder não apenas ao perigo no qual o trono papal observa no oriente, mas também uma tentativa de “nivelar” os pares e enrijecer a moral e a lei cristã sob o continente. Certamente que, mesmo durante e após o período cruzadista, estas hostilidades entre nobres sobre a aprovação do clero maior, vinculadas aos ritos e indumentárias simbólicas, seguem firmemente até a consolidação de um poder político-imperial central já ao nascer da Era Moderna com a decadência desta influência episcopal não apenas na política, mas também na simbologia de seus instrumentos como as Espadas.

Por fim, a terceira e última linha teórica-metodológica nos permite debruçar sob o contexto civil no qual a Espada pode ser encontrada como ferramenta seja para o ordenamento das leis internas de um burgo ou em raros casos em posse pessoal de um cidadão das urbes. As análises de Jones (2023) nos permitem analisar, mesmo que de forma problemática, a forma como os civis da Europa Medieval se comporta na proximidade ou sob posse deste artefato de combate em mãos. Ao contrário do ideário popular, consequência da forma como a mídia contemporânea aborda o uso de Espadas Medievais fora do contexto explicitamente bélico, a visão de um civil ou viajante que vagueia pelas ruas de Veneza ou Córdoba não necessariamente é verídica com a realidade, nas palavras do autor, compara-se de forma alegórica esta representação com algo semelhante ao *Wild West* norte-americano, o faroeste com pouca lei onde se faz o uso de armas para proteção pessoal dentro ou fora de cidades, claro, a mercê de possíveis regulamentos existentes nestes locais.

“Discussions of the sword in a medieval civilian context rarely differentiate between the question of ownership, carriage and use. This is a problematic for understanding the place of the sword in civilian life. Just as with modern handguns, it might be acceptable to own a sword, or indeed any weapon, but that did not mean that it was acceptable to take it out on the public street, whilst actually using it was a different matter altogether” (JONES, 2023, pg.91-92)¹

A questão da necessidade de armar um civil por si é complexa e em muito peculiar a cada região, momento e contexto no qual ocorriam. Jones (2023) aponta a maioria dos casos descritos oriundos da Alta Idade Média, entre os séculos XI e XIV, com decretos monárquicos

¹ Discussões sobre a espada em um contexto civil medieval raramente diferenciam no contexto de questionar a propriedade, posse e uso. Isso é uma problemática para entendermos o local da espada na vida civil. Assim como armas de fogo modernas, pode ser aceitável ter uma espada, ou certamente qualquer arma, mas isso não significa que seja aceitável retirá-la em via pública, enquanto realmente usá-la é outro assunto completamente diferente. (Tradução Nossa)

como o *Assize of Arms*² no cenário inglês assim como outras leis e imposições formais vinda da alta nobreza de distintos locais como França, Itália e em boa parte da porção ocidental do continente europeu que tinham como justificativa armar a população local não em prioritariamente em prol de que sejam capazes de defender a si mesmos, mas sim de possuir uma reserva armada para momentos de alta tensão política e possíveis conflitos. Para estes nobres, era a garantia de que em conflitos militares seus territórios e consequentemente quem os habitavam poderiam contra-atacar seus agressores.

Entretanto, a grande problemática no qual Jones aponta em muito de sua análise acerca deste assunto é uma grande ausência de certeza quanto à qualidade e quantidade dos equipamentos no qual estes camponeses poderiam obter, afinal, armas e aparelhos de guerra não eram produtos acessíveis e baratos para todos, e neste contexto de armar uma milícia local, muitos dos decretos regenciais não especificavam a quantidade necessária de equipamentos ou muito sequer proviam para a população os meios devidos para a obtenção destas armas. Como cita Jones (2023, p.95, Tradução Nossa):

Em resumo, estes documentos especificando o que cada homem possuía de armas para defesa de sua comunidade nada muito ajudam para determinar o nível de posse de espada dentro da população geral dentre aqueles que eram especificados o que deveriam possuir para aquele dever³.

Para além de questões de como e quem deve possuir armas dentro de uma *urbe*, Jones (2023) permanece adiante em detalhar a forma como leis e práticas cotidianas giravam entorno desta ideia de cidadãos comuns brandirem armas em público, assim como sua alegoria ao Faroste Norte-Americano, em muitos espaços urbanos havia uma regulamentação sobre o uso aberto de armas sobretudo referente à Espada. Comprova-se através de remanescentes documentais e arqueológicos que houve sim uma fiscalização acerca disto, em cidades dentro do Sacro Império Romano-Germânico, exemplifica Jones, penduravam-se moldes de facas na entrada destes locais para que homens armados pudessem medir aquilo que carregavam para armazenar seus armamentos caso estivessem em posse de algo que fugisse do padrão firmado pela lei local. Entretanto, como cita Jones (2023, pg. 109, Tradução Nossa):

...o que vemos são pedaços de legislações que servem para adicionar à precauções acerca de eventos politicamente carregados, ou eram cautelosamente mirados em elementos específicos dentro da sociedade: retentores de casas nobres e os homens jovens de guildas, escolas legistas e

² Assize of Arms, ou a tradução mais próxima sendo Julgamento das Armas, foi um decreto real de Henrique II da Inglaterra, imposto em 1181, ditando que todos os homens livres da Inglaterra tivessem para si armas e equipamentos para defesa local ou para tempos de guerra, à depender de sua renda.

³ In short, these documents specifying what men weapons men had for the defence of their community are little more help in determining the level of sword ownership amongst the general population than those that specified what they should possess for that purpose.

universidades.⁴

Isto é, mesmo armando a própria população visando uma garantia de mãos armadas prontas para uma guerra muitos dos senhores feudais e lideranças políticas destas localidades ainda sim temiam a possibilidade de animosidades oriundas de intrigas internas entre as muralhas de suas cidades.

A própria concepção de indivíduos hostis ou rivais de um barão ou duque local, vagueando pelas ruas de sua cidade armados e potencialmente prontos para atentar contra sua autoridade certamente é algo que foi levado ao questionamento no que se diz respeito destes fragmentos de leis que, ao todo, ainda não comportam universalmente e unilateralmente como as autoridades locais deveriam reagir sob o caso. A ideia de serem apenas “sugestões legislativas” para situações sociais mais graves, como o perigo de uma revolta armada contra a liderança local ou a proximidade de um formidável exército hostil junto com a perspectiva de um cerco que levaria o caos e a desordem a cidade, soa justificada e lógica na mentalidade dos lordes feudais. Isso, ainda, sem citarmos o fator da existência de mercenários ou assassinos contratados por facções rivais, estes citados em um capítulo a obra *A Cavalaria* de Flori (2005), que na maioria dos casos não seguem a mesma ética, moral ou *modus operandi* compartilhado dentro os guerreiros oriundos de uma classe social, isto é, para um mercenário o seu vínculo é apenas com o serviço no qual foi destinado a se, ou em grosso modo, ao bolso que mais pesa.

O fato de não existir, de acordo com Jones (2023), descrito em um regimento rígido e factual um banimento direto e claro acerca do porte de armas na mão de civis dentro do contexto urbano medieval diz muito por fim nos demonstra a tamanha complexidade de sequer pensarmos na mera reflexão sobre o por que de meros camponeses ou até mesmo moradores de burgos mais robustos, com rotas comerciais mais acessíveis e maior espaço para a prática do ofício metalúrgico, não simplesmente forjarem ou comprarem suas próprias armas e empunha-las não com o propósito de expressar atos de violência ou guerra aberta, mas com o simples e louvável intuito de garantir a proteção de sua comunidade e próximos de si.

Portanto definido os três pilares teórico-metodológicos anteriores com a linha de raciocínio da História Cultural de Chartier (1988), a abordagem multitemática porém contributiva de Flori (2005) e o detalhamento minucioso de casos particulares de Jones (2023)

⁴ ...what we see are pieces of legislation that served as added precautions around politically charged events, or even targeted at specific elements within society: the retainers of noble households, and the young men of the guilds, law schools and universities.

assim como a seleção anterior dos objetivos cautelosamente vinculados á cada braço deste trio metodológico, este trabalho de conclusão de graduação visa portanto analisar detalhadamente cada um dos pontos citados e responder a reflexão acerca da Espada Medieval como moeda de troca entre os mais diversos tipos de dinâmicas presentes na esfera social do medievo europeu, seja como moeda de influência política entre dois nobres, influência clerical e mística como aprovação de um poder divino ou destinado por uma lenda e por fim como uma ferramenta de defesa e complexidade dentro de um ambiente civil mergulhado em tensões territoriais e internas.

CAPÍTULO 1

A ESPADA GUERREIRA

A primazia da Espada como ferramenta de um ofício encontra-se na arte de fazer a guerra, e acima de tudo, é reconhecida durante e posterior ao período medieval como um armamento de combate portado por cavaleiros e milicianos do feudo, estes civis portando armas em prol de seu senhor. Entretanto até mesmo em seu ambiente “padrão” existe uma complexidade a ser discutida quanto ao seu papel dentro da guerra. Pois a arte da guerra expande-se muito além do que dois exércitos colidindo em um campo aberto para travar uma batalha, existe todo um jogo político, logístico, tático, filosófico e até simbólico que compõe todo aparato interno e externo de um grupo ou nação em armas para guerrear contra um oponente. Neste contexto tratamos a “Espada Guerreira” como toda instância no qual a presença da lâmina medieval se encontra dentro do tabuleiro de decisões e influências dentro de um panorama extenso que retrata do início ao final das relações belicosas dentro do Medievo Europeu, sejam elas diretamente ou indiretamente impactadas pela aparição deste artefato em questão, e posterior à estes eventos ao analisarmos de que maneira declarações ou manuscritos posteriores ao ocorrido explicitam a presença da Espada seja no campo de batalha ou nos salões de lordes anterior a um confronto.

Entretanto antes de iniciarmos a discussão mais específica sobre a profundidade e o papel no qual a Espada Medieval desempenha dentro destas características externas que compõe a Arte da Guerra no Medievo Europeu, cabe aqui uma ressalva quanto à sua função prática, isto é, sua real presença como um artefato puramente projetado e produzido para matar e guerrear. Por mais icônico e reproduzido que seja no imaginário artístico contemporâneo sobre o combate medieval, na sua maioria retratando a guerra no medievo como um evento de tremenda brutalidade e caos, é importante reforçar que o cavaleiro medieval comum, durante períodos de conflito armado, não tinha a Espada como único material disponível em sua galeria de armas, pelo contrário, a depender de sua renda e influência política ele poderia dispor de um arsenal vasto de outros tipos de ferramentas de combate para os mais distintos tipos de situação em que poderia se deparar dentro de uma zona de combate. Desde lanças pesadas apoiadas no colo para investidas montadas a cavalo, martelos de guerra com espinhos para perfurar couraças de proteção, longos bastões de madeira reforçados com diferentes pontas ou cabeças metálicas para o desempenho de diversas funções em combate e adagas

para perfurar entre os possíveis espaços livres em uma armadura para uma finalização ágil e ligeira de um oponente, além de muitos outros armamentos específicos até mesmo para uma região ou grupo particular de cavaleiros. Mesmo assim, independente do caso ou momento no qual dois combatentes podem se encontrar, é certo que preso em seus cintos e guardados em suas bainhas de couro estariam postas e preparadas suas espadas para sacadas caso o momento seja necessário.

Expressado o breve ponto anterior, discute-se primeiramente o surgimento da tradição cavalheiresca de brandir a Espada Longa em combate. Tradição esta que surge próximo com a própria origem dos moldes do cavalheirismo europeu ocidental com a casta de guerreiros da nobreza franca recém formada a partir da antiga nobreza bárbara que toma por si as antigas terras romanas cuja sua proeza marcial, tática, moral e filosófica voltada ao aspecto de fazer a guerra seriam, posteriormente, compartilhadas em regiões vizinhas ao Reino dos Francos através do firmamento de laços políticos, guerras e casamentos entre famílias nobiliárquicas que por si desenvolveriam características únicas para os seus cavaleiros únicas a partir do contexto e da localidade no qual se encontravam. Mesmo assim, mantendo o legado dos guerreiros francos de brandir a Espada como um equipamento de combate e um símbolo de união e força como um denominador comum entre os diversos grupos de cavaleiros europeus seja eles diretamente herdados do legado político franco ou influenciados por tal, como assim cita Duby acerca desta herança (1993, pg. 35): “...só os cavaleiros teriam direito ao equipamento completo do guerreiro, cuja peça simbólica continuava sendo a espada, a longa, espada da tradição dos francos...”. Claro que devido a esta originalidade em comum o impacto das armas dos antigos francos, seja no contexto técnico durante a forja e no âmbito simbólico, ecoa fortemente posterior ao encerramento da Dinastia Carolíngia, pois muito se mistificou através de mitos, contos literários e fábulas cavalheirescas durante ou posterior a acontecimentos marcantes desta trajetória histórica, como exemplo a *Canção de Rolando* que retratam sobre a Espada de Carlos Magno, *Joyeuse* ou *A Alegre* em português, com heroicas e místicas descrições sobretudo ao descrever que parte do punho da lâmina havia sido forjado de um dos fragmentos da *Lança do Destino*, artefato religioso no qual descreve-se como a arma que perfurou o coração de Cristo durante sua crucificação, assim como a atribuição de seu nome e símbolo como um grito de guerra franco perante a batalha tão como uma expressão da conexão com o divino, e por tanto a Igreja Católica, que o Rei Carolíngio detinha em suas mãos. Tão marcante é esta espada na cultura francesa ao ponto de sua bainha ter sido refeita e utilizada na coroação de Carlos X em 1825 como uma forma de manter o legado de Carlos

Magno ainda intacto através de uma parte de seu conjunto de armas.

Mesmo ao analisarmos a trajetória dos equipamentos bélicos pessoais de um cavaleiro pós-Império Carolíngio, com uma notada decadência do uso primário da espada em prol de lanças pesadas montadas a cavalo em decorrência da adoção mais firme de táticas de cavalaria montada, a mera citação de lâminas como a *Joyeuse* permanece vívidas e quase palpáveis no imaginário da nobreza guerreira medieval. Para este grupo que institucionalmente, aos moldes da época, são isolados e distintos do restante da sociedade medieval em ética, moral e práticas cotidianas o vínculo da Espada Longa com seu ofício bélico torna-se parte de sua identidade, assim como é possível reconhecer um membro do clero por suas vestimentas ou outros artefatos divinos para o nobre cavaleiro a visão de sua espada embainhada e posta ao lado de sua cintura torna-se um ícone de seu tempo e que até foge dos limiares do contexto histórico. Isto torna-se ainda mais nítido quando partimos para analisar a logística e política que antecede períodos de guerra, no qual a Espada encontra-se na maioria do tempo próxima a estas figuras de poder e decisão, sobretudo nos rituais de conceção de um nobre aspirante ao título de cavaleiro.

The making of a knight, with the girding on of the sword and striking of the *collée* – the blow to the shoulders with the flat of the blade – is probably the most readily recognizable of medieval rituals involving a sword. It seems obvious that the sword should be at the central symbol of the making of a knight, perhaps more than it should be expected as that of the making of a king (JONES, 2023, p. 49).⁵

O tráfego de Espadas entre um nobre a outro, ou do clero a um destinado membro desta casta por razões ritualísticas ou políticas torna-se muito comum ao analisarmos as entrelinhas entre as decisões e consequências no escopo político do Medieval Europeu, no qual muitas são diretamente conectadas com o prelúdio ou a progressão de um conflito armado. No próprio ritual de Suserania e Vassalagem, no qual um pequeno senhor feudal jura-se leal a um nobre próximo a si com maiores capacidades políticas e bélicas em troca de favores ou por medo de ser atacado, o ato da *Collée* possui uma simbologia de expressar a autoridade de um lorde maior sob seu futuro súdito promovido pelo uso de uma Espada, que em muitos casos, é até presenteada ao vassalo como forma de agradece-lo pela lealdade em serviço aos desejos do suserano ou como uma forma de reforçar o vínculo de um partido ao outro. Em um exemplo apresentado por Jones (2023) cita-se um presente ofertado por Henrique VII da Inglaterra em

⁵ A investidura de um cavaleiro, com o cingir da espada e o desferir da *collée* – o golpe nos ombros com a lâmina plana – é provavelmente o ritual medieval mais facilmente reconhecível envolvendo uma espada. Parece óbvio que a espada deva ser o símbolo central da investidura de um cavaleiro, talvez até mais do que se esperaria na investidura de um rei. (Tradução nossa)

1469, durante o período da Guerra das Rosas, ao Prefeito de *Exeter*, uma cidade dentro de seu território, como uma forma de agradecimento pela resistência de um cerco contra um exército de dissidentes alinhados com a Casa de York, dinastia rival de Henrique VII, no qual este benefício é ofertado na forma de uma Espada, assim como sua permissão para porta-la pois como citado anteriormente na introdução desta obra a mera reflexão sobre quem poderia portar este artefato e em quais momentos, locais e contextos por si trata-se de um assunto extenso para ser analisado.

Jones (2023) denomina estas espadas cuja seu simbolismo é diretamente vinculado ao poder político de quem a empunha como *Swords of State*, em português Espadas de Estado, sendo esta categoria mais comum de serem encontradas nas relações entre lordes nobres dentro do contexto inglês, entretanto também são encontrados outros contextos fora da Ilhas Britânicas. Fato é, percebe-se nestas armas um fator muito além de uma praticidade em matança, mas sim um objeto de execução dos objetivos e influências políticas de um membro ou um coletivo de um grupo dominante sob seus súditos. O próprio ato de conceder a um lorde menor as regalias regenciais e institucionais de um rei ou governante regional como forma de solidificar suas lealdades firmadas tal como permitir que suas leis, decretos e ordens sejam aplicadas com louvor dentro de suas terras permeiam o objeto analisado em questão. A simples noção de que nem todos dentro de um assentamento eram capazes sequer de obter uma arma para defesa, e por consequência necessitar de um indivíduo previamente designado a portar armas, já demonstra uma grande profundidade na dinâmica política dentro e fora dos feudos ainda mais quando adicionarmos na equação a justiça para o mantimento da ordem e os levantes de aldeões que eram recrutados para guerra.

Ao pensarmos nos grandes conflitos medievais onde a presença de inúmeros nobres e suas comitivas pessoais estavam presentes, sendo uma prática comum o recrutamento de pequenos nobres e seus camponeses e até mercenários para a batalha afim de aumentar o volume de combatentes e reservistas principalmente em longas campanhas, a concessão de uma arma ou então a permissão de portar armamentos a um camponês recém recrutado, um indivíduo completamente alheio ao cotidiano e rotina da casta nobiliárquica no qual somente ela detinha os meios de portar tais armas, reflete sobre a quebra de muitos regimentos e regulamentos administrados pelos próprios nobres para o mantimento da ordem dentro de suas terras em prol da guerra, não coincidente que o porte de armamentos fora de locais designados e por indivíduos não selecionados pelas autoridades locais era visto de forma hostil e criminosa.

Do topo ao chão, as distintas Espadas juntamente com a indumentária de seus portadores são excelentes características para diferenciarmos as inúmeras camadas e escopos de influência política e de liderança militar dentro de um campo de batalha. A Espada mais esbelta e forjada sob medida, ornada com joias brilhantes e pepitas de ouro polido, talhadas com citações e passagens bíblicas ou frases diversas em latim e herdada por nobres geração após geração de sua dinastia familiar em sua maioria pertenciam a nata da nobreza local, e quanto mais “simples” uma lâmina, por esta lógica, menor eram as capacidades políticas de um lorde. Isto, porém, poderia ser ultrapassado específicos casos em que um determinado barão de alto calibre presenteia diretamente a seus súditos menores partes de sua regalia autoritária e, não distante, exemplares de seu arsenal de Espadas como forma de reforçar a lealdade daqueles que juraram ao seu nome assim como garantir que cada pequeno nobre em seu escopo de influência exerça, mesmo que indiretamente, a sua vontade e sua autoridade assim como foi citado anteriormente no exemplo no qual Jones (2023) retrata sobre as Espadas do Estado que eram oferecidas á prefeitos, barões ou cavaleiros de grande importância para a manutenção da ordem social e defesa da coroa e seus objetivos no cenário inglês medieval.

Não era incomum um senhor feudal possuir em seu arsenal pessoal diversas Espadas para situações específica, da mesma forma que cada Espada da Alta Nobreza possuía distinções em sua aparência e características luxuosas que dividem uma das outras, isto quando não possuem algum tipo de misticismo ou outrora pertenciam a grandes monarcas. Afinal, partimos da análise de que a Espada Medieval neste contexto interno funciona como uma moeda de negociações e administração da influência política de um sobre os seus súditos. As Espadas destes senhores nobres em muitos momentos era manuseada e compartilhada com membros de escolha pessoal que faziam parte da comitiva privada de cada senhores, estes “Portadores de Espada” como eram denominados, detinham por si a autoridade no qual seu mestre depositava-o ao empunhar a espada que lhe era designada. A própria noção de um barão ou lorde demandar de uma vasta coleção de lâminas, muitas distintas uma para outra, nos permite compreender que a visão da nobreza medieval acerca deste artefato circulava nas inúmeras esferas políticas no qual muitos mergulhavam, nas decisões jurídicas, econômicas, no mantimento de alianças e na promoção de súditos para cargos de alta patente com a finalidade de simplificar a governança regional. Entretanto, a responsabilidade na eventualidade de um designado portador de armas ou nobre menor condecorado com a posse de uma Espada oriunda de um lorde maior cairia sob os ombros daquele que presenteia, isto é, na eventualidade de um conflito ou trama causada enquanto aquele detentor da influência

de sua governança regional a culpa e a solução de tal conflito deveria ser atribuída ao líder maior.

The sword is a weapon of the noble, therefore, in case the servant, defending his master, with a sword in his hands, inflicted wounds on a representative of a higher class than he himself belonged to, he did not bear any responsibility for his actions. His master was responsible for them (LOBACH, 2018)⁶

A função dos “Portadores de Espada” torna-se prevalente neste contexto, além de serem uma extensão do próprio senhor a quem os servem também são aqueles que promovem a ordem, a justiça e o mantimento de suas armas, ferramentas e exércitos em plena disposição para momentos de guerra. Como tratamos nesta perspectiva a Espada Medieval como uma ferramenta de potência política, torna-se crucial a eleição de indivíduos de confiança pessoal para a execução deste cargo além de claro a busca por membros do círculo de proximidade do nobre em questão capazes de executar os trabalhos mais práticos de polir, reparar e afiar suas lâminas para o combate, e em alguns casos tomar por si armas á combate. Em muitos documentos o nome *Armiger*, do latim portador de armas, também é utilizado para descrever estes seletos homens que ocupavam este cargo. A sua função possui uma leve semelhança com a função do Escudeiro de um cavaleiro, porém a distinção se torna no aspecto propriamente militar no qual o *Armiger* desempenha na dinâmica hierárquica da nobreza. Muitos destes indivíduos eram selecionados de grupos de pequenos nobres, cavaleiros em ascensão ou até membros alheios do escopo nobiliárquico comum, isto é, pessoas normais com meramente capacitadas, no qual almejavam na função de Portadores de Armas de um Lorde influente ascender politicamente, financeiramente ou socialmente através de seu serviço.

Armiger, with its military connotations, was perhaps a useful term to use for those laymen who came within the royal purview and were not knights. In all probability the king was not employing a social category as such but rather indicating that these men had exercised or could exercise arms as cavalymen. When addressing people for other purposes in its writs to the localities, the government seems not to have used such terms, suggesting that their usage was as yet restricted (COSS, 1995, p. 158).⁷

⁶ A espada é uma arma nobre; portanto, se um servo, defendendo seu mestre com uma espada nas mãos, ferisse um representante de classe superior à sua, não teria qualquer responsabilidade por seus atos. A responsabilidade seria do seu mestre. (Tradução nossa)

⁷ O termo "Armiger", com suas conotações militares, talvez fosse útil para se referir aos leigos que se enquadravam na jurisdição real e não eram cavaleiros. É provável que o rei não estivesse empregando uma categoria social propriamente dita, mas sim indicando que esses homens haviam praticado ou poderiam praticar o porte de armas como cavaleiros. Ao se dirigir a pessoas para outros fins em seus decretos locais, o governo parece não ter usado tais termos, sugerindo que seu uso ainda era restrito. (Tradução nossa)

Estas características não são alheias ao papel do Escudeiro neste ambiente, pois muitos também poderiam pertenciam a famílias de uma pequena nobreza. Porém neste caso a distinção torna-se prevalente ao analisarmos a idade no qual eram recrutados. Em muitos casos tratava-se de jovens, geralmente filhos destes nobres, no qual não apenas dedicavam-se para a função de manutenção das ferramentas de seu senhor, mas também eram lecionados na moral cavaleiresca e nas artes marciais da Espada. Ao contrário do *Armíger*, a sua denotação tinha um escopo muito mais particular e de uma dinâmica social do que propriamente militar, já que a adoção de um Escudeiro por também ser vista como um jogo político entre dois nobres em que visa o treinamento do jovem para sua futura condecoração ao cargo de cavaleiro, oficializado pelo ritual da *Collée* orquestrado pela Espada.

Esquire, moreover, has other and humbler connotations. As is well known, esquire in origin denoted a knight's servant with particular responsibility for his horses and arms." As the romances show, it was an ideal situation for a trainee or apprentice knight, but many esquires were never in this category; less so, it seems, the farther we go back in time. No doubt there was prestige in having an esquire of high social rank and of obvious breeding. Not all esquires, however, were of gentle stock, even in the thirteenth century. Nevertheless, the personal service involved in such a position could be prestigious and could bring material reward (COSS, 1995, p.158).⁸

Claro que estes seletos indivíduos desempenhavam um papel logístico importante, ao estarem em constante contato com as armarias de seu senhor. Itens eram inventariados anterior á campanhas militares, de armaduras á suprimentos básicos para o mantimento de acampamentos e soldados, afinal uma guerra não é travada apenas por quem detém a maior força bélica em campo. Em sua grande maioria os confrontos medievais, sobretudo aqueles aonde uma força adversária organiza um cerco a uma fortificação ou cidade fortificada, tinham seus resultados com base no lado de quem conseguiria manter seus exércitos em coesos e bem supridos. Para além de alimentos a manutenção e garantia de que cada cavaleiros e soldado tivesse suas armas e armaduras em bom estado para o combate era tão crucial quanto, a Ferrugem sendo talvez o maior adversário do que a comitiva bélica de um nobre hostil a qual esteja travando conflito. O uso de grandes toneis onde uma manivela girava-os para a limpeza de sujeira e polimento de camadas externas de ferrugem era uma alternativa prática, porém que demandava horas, em muitos casos, organizados pelas mãos de Escudeiros e *Armígeres*.

⁸ Além disso, o termo "escudeiro" possui outras conotações, mais humildes. Como é sabido, originalmente, "escudeiro" designava o servo de um cavaleiro, com responsabilidade específica por seus cavalos e armas. Como mostram os romances, era uma situação ideal para um cavaleiro em treinamento ou aprendiz, mas muitos escudeiros nunca se enquadraram nessa categoria; e parece que isso se torna ainda mais raro quanto mais recuamos no tempo. Sem dúvida, havia prestígio em ter um escudeiro de alta posição social e linhagem nobre. Nem todos os escudeiros, porém, eram de origem nobre, mesmo no século XIII. Não obstante, o serviço pessoal inerente a tal posição podia ser prestigioso e trazer recompensas materiais. (Tradução nossa)

Portanto não era incomum dentro de uma comitiva pessoal vinculada a um nobre a presença de inúmeros exemplares de seu arsenal pessoal, tornava-se mais simples apenas substituir ou até descartar uma arma danificada do que aguardar o tempo necessário para que seu reparo esteja completo, não atoa o inventário de muitos cavaleiros dispõe de um número elevado de armas, sobretudo, a Espada Medieval.

Entretanto o atrito de um cerco duradouro também poderia ser solucionado por métodos menos custosos á ambos os lados, a depender das consequências do confronto claro. Uma guerra não é feita apenas de batalhas brutais e hordas de militares marchando rumo ao caos, é talvez sobretudo do tabuleiro diplomático e político que ocorre por trás do banho de sangue. Em casos de cerco ou em situações em que dois exércitos, de forças equiparáveis, não obtêm uma vitória estratégica ou tática um sob o outro o início de discussões diplomáticas vê como um ato de misericórdia para poupar ambos os grupos de mais baixas. Claro que em muitos casos este ato é uma consequência de um dos dois lados oferecendo sua rendição em troca de pôr um fim neste conflito, em casos em que a presença de prisioneiros valiosos para um dos lados envolvidos é notável o tópico da rendição é perseguida juntamente com a pressão e o perigo de seus cativos serem executados caso as condições daquele que declararia a vitória não sejam atingidos. A Espada Medieval aparece neste aspecto da guerra como um ultimato entre quem é o derrotado e o vitorioso, não através de quem defere o golpe mais mortal mas sim aquele que é capaz de brandir a diplomacia assim como uma lâmina, precisa e tão perigosa quanto o objeto físico, como cita Flori (2005, p. 83): “Outro meio de rendição sem correr risco de ataque: ameaçar de passar os soldados adversários no fio da espada em caso de tomada pela força, mas prometer sua salvação de suas vidas sem mutilação, um cativo honroso ou a liberdade sem confisco de bens (com armas e bagagens) aos *milites* em guarnição que fizessem uma rendição honrosa.”

Podemos provar, portanto como iniciado nesta discussão, que a Espada Medieval mesmo em seu ambiente padrão não é apenas tratada como um mero e simplório instrumento de batalha e matança. A própria noção do fazer a guerra na Idade Média por si é complexa, muito em contraponto com o que é apresentado na mídia contemporânea em filmes ou outras produções de entretenimento, já que uma boa parcela de todo aparato bélico e militar que compõe grandes campanhas ou pequenas escaramuças entre dois senhores feudais é majoritariamente priorizado no lado que detém a maior força política e diplomática, tal como aquele que é capaz de manter seus exércitos supridos e coesos em duradouras incursões militares fora de seu território. Não recluso a isso, a Espada Medieval e aquele que a empunha

também são cruciais para entendermos e até refletirmos sobre os resultados e consequências de certos conflitos militares medievais durante o seu trajeto, desde a nomeação de um aspirante a titulação de cavaleiro através de rituais orquestrados pelo brandir de uma Espada, como o caso da *Collée*, para a própria concessão de poderes régios, jurídicos e políticos de um nobre com maior aporte diplomático e influente para um súdito menor que almeja uma ascensão semelhante no xadrez de político do medievo feudal nos permite analisar com um escopo mais amplo. Ao mesmo modo que o um indivíduo renomado, cuja os feitos em vida ecoam através da história de um povo e por si formam-se mitos e uma identidade ao redor de sua figura e os artefatos que utilizava, como sua Espada. São fatores e especificidades que ao notarmos a presença da Espada dentro de cada um destes citados contextos compreendemos que este artefato militar é capaz, seja diretamente ou indiretamente, na mão de um indivíduo alterar o rumo de um evento, seja pondo o fim em um duradouro e sanguinário conflito pela diplomacia afiada de sua lâmina ou ao brandi-la alto no ar com um brado de guerra decretar o início de uma batalha formidável contra seu adversário.

CAPÍTULO 2

A ESPADA DIVINA

Compreender a presença do divino e do místico dentro do contexto do medievo europeu é compreender os comportamentos, morais e leis no qual permeavam no imaginário civil e no âmbito institucional daquele período. Regimentos de regras regidos e influenciados pela noção de um divino alcançável pela prática religiosa tal como a manutenção duradoura de narrativas místicas que beiram a ficção no qual retratam de grandes lendas populares, posteriormente exploradas como mitos fundadores de uma identidade popular daquela sociedade. A atribuição de características divinas ou mágicas para objetos diversos não é incomum na história, por exemplo, os diversos itens no qual a figura de Cristo teve contato durante sua vida por muito tempo possuíam esta aura de sua grandeza sacramental no qual tornavam-se instrumentos cobiçados por figuras de grande poder político, como forma de consolidar um aspecto sagrado de sua força e influência terrena. Durante a Idade Média isto não era diferente, afinal a Igreja Católica por si era uma entidade de tremendo poder político mesclado através de atos e compromissos com os regimentos divinos assim descritos na bíblia ou nos mais diversos manuscritos monásticos por toda Europa, a busca por aprovação divina por nobres e membros de dinastias regenciais garantia uma moeda de troca para os grandes clérigos de Roma, que por suas palavras imbuíam e concediam aos seus seletos seguidores as mais diversas indumentárias sacramentadas em nome da Igreja e de Cristo, de coroas á artefatos próprios de padres e claro não distante destes itens a própria Espada Medieval. Entretanto, a inserção do misticismo e culto a distintos objetos ou até artesãos lendários de contos feudais precede a própria inserção destas benções cristãs sob os mais distintos objetos e indumentárias cotidianas.

Neste contexto analisamos o objeto não apenas no seu papel dentro deste cenário mesclado entre a política e a religião, como também promovemos uma análise na perspectiva da Espada Longa como um veículo no qual é atribuído características humanas e místicas sob sua existência, isto é, de qual forma e por qual motivo a figura da espada é retratada como um instrumento de poderes metafísicos e de justificação da governança de liderança daquele que a empunha em suas mãos assim como investigaremos de qual maneira o misticismo sob a Espada precede a atuação da Igreja Católica na sacralização deste instrumentos, e claro, sua

análise posterior à tomada total dos ritos e influências cristãs sob a manufatura e uso deste artefato bélico. São estas espadas de reis e lordes, dos grandes heróis populares cuja sua história factual possa ter sido esquecida, mas sua lenda, agora transformada em um conto folclórico, foi capaz de ecoar para além do período vigente e se assimilar a uma cultura pós-medieval como uma formadora de identidades e nações. São as lâminas no qual citam-se em escritos monásticos, que clamam por guerreiros não para travar uma batalha física contra um inimigo material, mas para erguer suas armas e força contra um conflito que seria travado para além dos limites do mundo terreno.

Indumentárias, objetos, armas ou outro tipo de tapeçaria relevante com poderes e significados místicos não tem seu início na Idade Média, porém é durante esta época da história no qual muitas lendas, antes regionais, tomam uma proporção muito maior do que sua localidade geográfica. Contos de cavaleiros escritos durante, ou mais comumente, posterior ao Período Medieval que retratam a figura do nobre cavaleiro portando sua destemida espada torna-se uma iconografia significativa para entendermos a real extensão simbólica que um objeto como a Espada Medieval pode atingir. É justamente no uso de características humanas ou fatores divinos que imbuem estes artefatos com um valor identitário e simbólico que ultrapassa os limites do tempo e da literatura. São exemplos como a *Excalibur*, no qual a mera citação de seu nome já remonta à figura monárquica e mitológica do Rei Arthur como alguém destinado a grandeza, a liderança e a origem de uma identidade cultura inteira, ou espadas como a *Durandal*, da Canção de Rolando, e a *Tizona e Colada*, do Poema de Mio Cid, que pertenciam à grandes e nobres guerreiros, cavaleiros no qual ao portarem tais armas aparentavam receber poderes para além da concepção física, tomavam por si a coragem e a bravura de não temerem diante do medo. Estas características, de honra, de bravura e de vitória em combate é o que circundam e justificavam estes poderes mágicos no qual certos artefatos possuem, e claro, juntamente a isso cria-se uma nova perspectiva na discussão sobre sua influência na política e na mentalidade medieval. É, em certos aspectos, compreender até que ponto o místico e o sobrenatural são parte ativa do imaginário medieval.

Entretanto, é crucial e necessária a discussão destas escritas literárias antigas que retratam objetos ou eventos com um cunho místico acerca da atribuição destas características místicas anterior a substituição de valores sagrados da cristandade pois muitas das lendas que são renomadas por serem reconhecidas a partir do contexto medieval foram escritas muito posterior a própria datação do ocorrido, como no próprio Poema de Mio Cid. Jones (2023) em sua análise sobre a característica mística da espada em sua obra elucida que a “magia” no qual

gira entorno da *Excalibur* dos Contos Arturianos, por exemplo, é de origem moderna com os textos mais antigos que retratam a literatura arturiana não retratando ou sequer menciona detalhes sobrenaturais. Em suas palavras:

Isto a faz exótica, talvez, mas um pouco mais. Referências sobre a forja da *Excalibur* na tradição medieval são raras. Ao contrário da *Marmiadoise*, no qual o *Vulgate Merlin* nos conta que ela foi forjada por Vulcan no tempo de Hércules, não há nenhuma propriedade mítica sobre a criação da *Excalibur*. De fato, é a escrita moderna que dá a espada sua origem encantada. A *Trilogia Merlin* de Mary Stewart em 1970 coloca a criação da *Excalibur* nas mãos de Weyland, já a *Mists of Avalon* de Marion Zimmer Bradley, publicada em 1983, é a primeira recontagem do mito que descreve-a sendo martelada e resfriada por anões e fadas. (Jones, 2023, pg. 11-12, Tradução Nossa)

A adoção de metáforas acerca da Espada, por parte do Cristianismo, não é um fenômeno que se origina exclusivamente durante a Idade Média, referências bíblicas do Antigo Testamento e Revelações já faziam citações sobre o uso da espada como uma ferramenta de autoridade e julgamento divino como vitória do bem sob o mal. Em Hebreus 4:12⁹, por exemplo, recita-se que a palavra de Deus é mais afiadas que qualquer espada de dois gumes, capaz de cortar a alma e o corpo físico, além de outros exemplos que citam não apenas uma espada mas também fazem alusão a conflitos travados entre o bem e o mal presentes em ambos textos bíblicos. Com a inserção da filosofia e mentalidade cristã, alimentada pelos pilares textuais que formam o cristianismo, dentro da milícia secular medieval esta perspectiva acerca da “Magia da Espada” toma uma proporção distinta da análise apresentada anteriormente, pois a partir deste instante ela deixa de ser um veículo de magias e mitologias exotéricas, individuais e até em muitos casos vinculadas a uma religiosidade local que precede o cristianismo e passa a adotar valores e virtudes do sagrado cristão, mesmo que fossem atribuídas muito posterior a sua existência como explicado anteriormente. Agora, a Espada Medieval passa a assumir um novo papel como uma ferramenta movida por poderes divinos ligados ao cristianismo mesmo que, curiosamente, estas mesmas características mitológicas anteriores a esta mudança que retratavam estes determinados objetos de poder como as Espadas tivessem suas virtudes e simbolismos não divorciados de seus misticismo original, mas sim reformados para serem inseridos adequadamente aos preceitos da nova religião, isto é, ainda permanecem como os mesmos objetos em sua essência, porém a simbologia e sua influência agora partem de uma nova origem cristã que explica seu propósito e criação, como o exemplo trazemos a questão do

⁹ Hebreus 4:12: “Porque a palavra de Deus é viva e eficaz, e mais penetrante do que espada alguma de dois gumes, e penetra até à divisão da alma e do espírito, e das juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e intenções do coração.”

Santo Graal da Mitologia Arturiana que passa ser o taça no qual Jesus Cristo utilizou na sua Última Ceia antes de sua Crucificação aonde o conteúdo dentro deste recipiente é capaz de promover a cura de doenças e ferimentos além de rejuvenescer aquele que a consome. Ademais, é também a partir deste momento de grandes transformações na mentalidade e na adição de simbolismos religiosos a artefatos específicos que a Espada Medieval se insere fortemente na formação e organização da milícia cristã, ou *Miles Christi*, que agora se torna tanto os braços como as mãos que diretamente exercem a vontade e os objetivos político-religiosos de Roma, a justiça e a ordem, mascarados por regimentos divinos que justificavam o ato da guerra com um preceito religioso, da defesa da santidade e da cristandade contra as forças do mal e os indignos, além de servir como uma porta de entrada para o pagamento de pecados anteriores, claro, através de uma guerra justificada como peregrinação purificadora para aqueles que buscavam renegar de um passado secular.

O abade São Bernado de Claraval em “O Elogio a Nova Milícia”, obra de autoria própria do século XII, traz ao nobre combatente a garantia e a segurança de que a crueldade e frieza da guerra na qual trava, com suas armas em mãos, nada mais são do que a extensão do desejo divino e de seu dever como seguidor de Deus, isto é, a atribuição de um fator espiritual na arte de fazer a guerra. Essa mera atribuição do brandir de armas, como a espada, para a defesa além do físico, mas também da própria identidade e crença dos cavaleiros cristãos torna-se mais visível ao analisarmos as diversas passagens no qual Bernardo de Claraval, ao produzir a citada obra, propositalmente com extremo louvor reconta e reforma a forma como a defesa da cristandade deveria ser orquestrada em meio ao contexto das Grandes Cruzadas. A convocação e criação de ordens monásticas cuja parte de seus dogmas é destinado ao combate, claro submergido nesta narrativa da luta contra um mal divino, conecta-se com os próprios eventos que desaguam nas várias cruzadas que ocorreram pela Europa e regiões próximas do continente, da Reconquista às Cruzadas Bálticas, no qual a figura de um cavaleiro templário ou monástico, brandindo sua heráldica identitária de tal ordem, exerce a função não apenas de um simples soldado mas de um defensor da extensão e da vontade cristã sob aqueles que julgam como inimigos.

Ao se aproximar o combate, armam-se de fé em sua alma e cobrem-se por fora de ferro, não de ouro, a fim de que assim, bem equipados de armas, não engalanados de jóias, infundam medo a seus inimigos sem provocar sua cobiça. Procuram cavalos fortes e velozes, não formosos e bem arreitados, pensando mais em vencer que em ostentar altivez, e o que desejam não é precisamente causar admiração e pasmo, senão turbação e medo.¹⁰

¹⁰ Bernardo de Claraval, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955. 2 v. V. 2. p. 853-862.

A própria indumentária dos Cavaleiros Templários no qual tão foram reconhecidos por toda Europa é um reflexo direto desta junção das práticas físicas da nobreza guerreira, isto é, a guerra e a política, com a filosofia e o dever divino de guarnecer a Igreja Católica e a Cristandade. Os tabardos brancos, as vestimentas com a heráldica em forma de cruz e claro não distanciam a figura da Espada, que ao analisarmos sua aparência possui uma leve semelhança com uma cruz se colocarmos a ponta de sua lâmina contra o chão com a *guarda-mão*¹¹, a parte que divide a lâmina do cabo e que oferece proteção a mão, e o próprio *pomo*¹² da espada complementado a porção superior de uma cruz cristã. Cavaleiros estes que se tornariam a base padrão para a adoção das outras ordens religioso-militares que seriam fundadas durante o tempo das Cruzadas, como cita Demurger (2002, pg 35):

Pois, tenha ou não havido um modelo”, a ordem religioso-militar tal como a do Ocidente Cristão, seu conceito de certo modo, nasceu em Troyes. Isto significa dizer que a ordem do Templo foi a primeira ordem religioso militar e que a existência de uma outra ordem desse tipo era inconcebível antes de 13 de janeiro de 1129.

A dosagem eclesiástica sob a prática das armas, sobretudo a Espada, posterior as escrituras de Claraval e os diversos concílios, reformas e revisões das ordens monásticas perante a conflagração das Cruzadas demonstra uma duplicidade acerca das políticas e da própria interpretação da Igreja Católica sob o ato da guerra e da violência, que neste aspecto tornou-se institucionalizada. A noção de “Paz de Deus” e “Trégua de Deus”, termos apresentados por Flori (2005) em sua obra, seriam as mais ideais para explicar esta dupla abordagem acerca da violência da guerra e da própria política bélica que cada vez mais se aprofunda em uma complexidade no qual até a própria Igreja como instituição demonstra dificuldades em lidar. O próprio episódio das Cruzadas, da primeira à última, é um reflexo direto disso. Assim como as escrituras de Claraval e outros monges no qual justificam o uso das armas em nome de Deus, ao mesmo tempo houve uma incerteza quanto a prática das justas nobiliárquicas e a própria resolução de conflitos internos, entre senhores feudais e seus respectivos territórios, durante este período de alta tensão política. A Espada, neste quesito religioso-político, tanto fisicamente quanto em sua percepção metafísica, isto é, como um artefato simbólico para solução de conflitos, desempenha duas funções aos olhos da Igreja: De um lado a lâmina terrena e física no qual é empunhada por aqueles designados pelo

¹¹ *Guarda-Mão*, ou Handguard em inglês, trata-se da parte logo acima do cabo aonde segura-se uma espada. Fornece proteção para a mão e permite o uso de técnicas de defesa bloqueando ou aparando lâminas adversárias. Comumente espadas europeias medievais possuem diferentes tamanhos e formatos de *guarda-mão*.

¹² *Pomo*, ou Pommel em inglês, refere-se à parte da extremidade inferior da espada. Geralmente trata-se de uma pequena porção sólida que oferece um contrapeso para a lâmina e promove um melhor balanço e manuseio da arma. Não é incomum encontramos pomos customizados ou de diferentes formatos.

sacerdócio a serviço de Deus e da Cristandade, a *miles christi*, os soldados e cavaleiros que por suas mãos e por ordem, justificativa e regimento cristão impõe a vontade de Roma e do papado. Do outro, a lâmina metafísica e espiritual que é manuseada não por uma força militar terrena, mas sim por uma simbologia maior que engloba todo um aspecto de ser e pertencer, de lugar e dever. Isto é a Espada Religiosa, como descrevo este aspecto, engloba as leis e manutenções que a Igreja Cristã e os inúmeros monastérios e ordens locais impõe sobre aqueles que fazem da guerra seu ofício, em uma constante balanço de um pêndulo. Outrora a balança pesa para o lado em que o momento em questão demanda de uma força violenta mais livre e diversa, e neste aspecto a vistoria e administração da ordem é substituída pela vontade de garantir a paz pelas armas, isto é, a “Paz de Deus” perante a sociedade. Já o lado oposto da balança reflete o tempo onde guerras e crises políticas não estão em seu apogeu, onde exércitos cristãos são se encontram em demanda e aonde encontramos uma grande população de militares sem rumo ou sentido, armados e com a mentalidade de cumprir com o seu dever bélico perante os olhos de Deus, neste sentido, o tempo da “Trégua de Deus” é instaurado, justas entre nobres são vistoriadas afim de manter um estado de ordenamento perante ao regimento divino mas ao mesmo tempo permitir que conflitos entre nobres, seja por terra ou regalias, sejam resolvidas por estas rinhadas de combate. A promulgação dias e horários demarcados para manter estes devotos às armas em linha dentro das cidades e nas proximidades dos mosteiros, evitando de portarem armas em público nestes horários e para além de outros regimentos e ordenações munidas e suplementadas por justificações divinas são exploradas e aplicadas neste contexto onde a guerra e o conflito não são necessários para a instituição cristã.

É neste momento, onde os soldados que buscavam a redenção divina para além do seu serviço em armas são bem-vindos dentro dos salões dos mosteiros e aos ensinamentos mais profundos da vertente vigente naquele local. Renegando as armas em prol do serviço episcopal, mesmo que posteriormente em tempos de crise a mesma ordem e seus membros possam ser convocada para servir a vontade do papado como um *miles christi*. Porém claro, neste aspecto o mesmo parte não como um miliciano de um exército secular, mas como um escolhido de deus e da Igreja munido por suas armas divinas. Em outras palavras, a violência convocada pela santidade cristã em Roma tem um intuito institucional justificado, uma violência que pelo fio da espada permite que o guerreiro ascenda aos céus livre de seus pecados.

Urbano II, em 1095, propõe outro método: abandonar a milícia secular, a cavalaria, para entrar na milícia do Cristo. Não como monge, mas como

guerreiro. Entrar no exército de Deus que o papa lança rumo a Jerusalém para lá libertar o Santo Sepulcro, mas mãos dos infiéis desde 638. Aos que partissem, sem intenção de lucros materiais, mas com um espírito de piedade, o papa oferecia o perdão de suas penitências, a plena remissão de seus pecados. A cruzada é, de fato, ao mesmo tempo uma peregrinação, uma guerra santa e uma penitência satisfatória (Flori, 2005, pg. 136).

Compreende-se, portanto, que parte do interesse da Igreja Cristã sob o tratamento das armas de forma simbólica, juntando o divino ao secular, tem como objetivo manter a horda de guerreiros e combatentes que crescia na Europa sob sua tutela e comando. Claro, o tempo das Cruzadas viu ordens religiosas antes voltadas ao culto monástico tornarem-se organizações militares de altíssima competência em combate e que, ao passar dos anos, acumulou riquezas e influência político ao ponto até de questionar as ordens de Roma. Mas como um escopo geral muito do que se descreve sobre o ato de guerrear com base nos regimentos divinos, como os textos de Bernardo de Claraval, nos permite entender que a sacralização da espada vem como uma ferramenta de unificar a nobreza guerreira, que de constantes conflitos e intrigas políticas tornavam-se cada vez mais vorazes, em prol de um inimigo e um propósito único: A defesa da Cristandade e a busca por uma redenção e por fim ascensão ao reino divino. A violência neste aspecto torna-se institucional, não mais apenas um método para qual conflitos eram solucionados, mas sim uma forma de viver e se comportar.

CAPÍTULO 3

A ESPADA CIVIL

É comum em muitas reproduções contemporâneas que se utilizam do cenário e da ambientação medieval na produção de sua narrativa, seja através de filmes ou de videojogos, a presença de incoerências e erros históricos no qual o telespectador ou consumidor usual não ponderaria um questionamento sobre a veracidade, sejam elas justificados por liberdades artísticas ou intencionalmente selecionadas na hora da produção. Independente de qual for o detalhe citado anteriormente, talvez uma destas características mal interpretadas e de constante aparição nestas produções cinematográficas ou digitais ambientadas na Idade Medieval seja a figura de um combatente medieval que detém em seu armazém pessoal armas no qual faz o uso constante fora do contexto dos campos de batalha, visível preso ao cinto e em sua bainha, caminhando casualmente pelas ruas de seu vilarejo ou de um grande centro urbano e sendo retratado como algo normal, de parte do cotidiano daquela sociedade.

Para além do espectro político-religioso, simbólico e bélico no qual a Espada Medieval é uma das ferramentas principais na manutenção e progressão das decisões e suas eventuais consequências, pouco é abordado em análises históricas sobre este período acerca de seu papel no meio civil. Isto é, a Espada não como uma ferramenta de guerra, morte, consagração pessoal e um reforço de barreiras do poder e influências políticas entre indivíduos, mas sim, como um objeto de defesa pessoal ou da localidade no qual um indivíduo habite, não contra um exército altamente treinado, mas contra um bando de ladrões ou criminosos que circunde a região ou também, apenas como um objeto que é produzido e vendido em comércio, por indivíduos capacitados na arte da metalurgia.

Entretanto o mais importante desta análise, para além de como a Espada como objeto era usada pela camada civil da sociedade medieval, é compreendermos como este artefato de natureza bélica portava-se no meio civil, seja no rural ou no urbano. É sobretudo entendermos como a população média do medievo europeu visualizava quem poderia portar e quem portava esta arma, assim como o papel de outros aspectos que fazem parte do cotidiano de um núcleo populacional como o aspecto comercial e de manufatura, isto é, de qual forma os artesãos e comerciantes de minérios exerciam um papel fundamental para suprirem a demanda de matéria prima e mão de obra qualificada para a confecção destes armamentos, seja para suprir

a demanda da milícia local ou á pedido pessoal de um senhor feudal.

Continua-se ainda por muito tempo a massacrar inescrupulosamente os pedestres, cujo valor mercantil é pequeno para que se preocupem com eles. Inversamente, os pedestres quase não têm razões para poupar os cavaleiros que poderiam cair em suas mãos. Mal protegidos contra seus golpes, eles têm todo interesse em introduzir, pelo interstício das armaduras, sua adaga mortal antes que o cavaleiro caído no chão se levante (FLORI, 2005, pg. 90).

Como citado anteriormente no início, assim como a breve passagem apresentada na introdução desta obra, a noção de um camponês ou cidadão da urbe medieval que possui as capacidades econômicas, marciais e jurídicas de portar uma arma a qualquer lugar que deseje ir, como muito representado em mídias de entretenimento, é muito equivocado. A verdade é que os relatos escritos, visuais e propriamente descritos em textos ou outros objetos de análise histórica que retratam a Espada Medieval como um objeto nas mãos do cotidiano civil, ou qualquer contexto alheio ao bélico, são mínimos. Mesmos aqueles no quais faziam de sua vida e identidade o porte e a aptidão com a Espada, os Mestres de Lâminas, há muitos poucos relatos que possam ser discutidos de forma aprofundada e complexa, entretanto, o pouco que é palpável ainda pode promover a nós uma reflexão tão necessária quanto.

Jones (2023) nos traz uma análise acerca dos relatos escritos de George Chaucer na coletânea de obras intitulada *Os Contos da Cantuária*¹³ no qual a descrição dos personagens que aparecem nas várias prosas peregrinas desta coleção são bem descritas com traços e identidades marcantes em referência a seu status na sociedade medieval, curiosamente, as duas figuras cavaleirescas que são representadas em sua escrita, trajados de acordo com seus status nobiliárquicos mas não vestidos em suas armaduras de combate, não são descritos portando algum tipo de espada, enquanto outras figuras como a do *Yeoman* são relatadas com armas em suas bainhas. A sua reflexão enquanto a isso nos mostra um certo respeito por parte de figuras de autoridade e detentoras do poder da violência no que se diz ao brandir de suas ferramentas em ambientes distantes do campo de batalha, certamente que esta relação não é compartilhada com os outros personagens descritos por Chaucer. A noção que estabelece aqui é de uma certa “Variedade” na interpretação de quando se portar uma arma e onde demonstrá-la alheio ao contexto bélico, citando-o diretamente para reforçar o ponto (Jones, 2023, pg. 98-99, tradução nossa):

Representações de cenas que não são militares em natureza raramente

¹³ Os Contos da Cantuária, ou *The Canterbury Tales* em inglês, é uma coleção de histórias, sendo duas escritas em prosa e vinte duas escritas em verso, escritas a partir de 1387 por Geoffrey Chaucer no qual elabora sua narrativa através da visão pessoal de um peregrino e seu grupo, este diverso de membros das mais inúmeras origens que compõe a sociedade medieval inglesa do momento, que partem de Londres rumo á Catedral da Cantuária para visitar o túmulo de São Thomas Becket.

mostram homens carregando espadas. Sejam nos frescos da vida urbana italiana no século quinze, assim como aqueles que fazem alegoria a má e a boa administração do Palazzo Populo em Siena ou na Proscrição dos Magos no Palazzo Medici Ricardi, ou na bíblia da Morgan Picture no século treze, ou no *Trés Riches Heures de Duc de Berry* dos irmãos Limbourg no século quinze, homens quase nunca aparecem com espadas a não ser que estejam em seus uniformes militares.

Claro que neste contexto, onde uma obra inglesa vinculada ao contexto inglês daquele momento, não é capaz de nos revelar toda a totalidade acerca do comportamento civil perante a presença da Espada. Mas isto por si já nos permite refletir se cada localidade, até mesmo de um território unificado, tratava a presença de combatentes armados distantes do ambiente bélico da mesma forma.

Em termos abrangentes, isto é para o restante da Europa, havia sim regimentos jurídicos que faziam a administração de quem portava e onde portar algum tipo de armamento fora do cenário civil, na verdade em muitos locais espalhados pelo continente era esperado que os moradores de algumas comunidades fossem capazes de manusear uma arma. Como citado na introdução desta obra o fenômeno do *Assize of Arms* decretado por Henrique II da Inglaterra no cenário das Ilhas Britânicas, e sua versão continental *Assize of Le Mans* nos territórios que governava na França, constava que cada homem de idade deveria portar em seu inventário pessoal uma arma em prol da proteção de sua comunidade, seja contra a bandidagem ou em defesa de invasores, e muitos destes armamentos ou ficavam armazenados dentro das casas destes seletos homens ou em armarias locais. Entretanto, estes armamentos não eram oferecidos de forma gratuita e o regimento listado tabelava ao cidadão os equipamentos necessários a depender de sua renda e status local, com aqueles mais próximos de um salário cavaleiro podendo portar a sua disposição as mais diversas armas e armaduras aonde o contrário, a maioria civil, no máximo se disponibilizava de um *gambeson*,¹⁴ um chapéu de ferro em forma de cone e uma lança. A especificação das armas e outros equipamentos, como descreve Jones (2023), não era regra e, portanto, supõe-se plausível um civil alheio a vida marcial de um cavaleiro possuir uma espada em suas mãos, de acordo com o regimento local, caso ele possuísse o aporte financeiro para obter não apenas este artefato como também o pagamento de uma taxa chamada a “Taxa do Cavaleiro”. Mesmo que alguns anos após a promulgação da primeira *Assize of Arms* em 1181, no ano de 1252 Henrique III iria reinstituir esta mesma lei e neste novo regimento sim, havia a presença citada da espada

¹⁴ *Gambeson*, em inglês, tratava-se de uma longa túnica em forma de jaqueta almofadada em linho ou lã, costurada em colchas das mais diversas formas, como quadrados, retângulos e losangos. Comumente utilizado por baixo de armaduras de placa para conforto e proteção ou como uma armadura ligeira.

como parte do equipamento necessário, com um valor de quarenta *shillings* e dez *marks*, com apenas os mais pobres daquela sociedade não sendo incluídos nessa lista de possibilidades, no qual a partir disto Jones (2023) levanta um questionamento crucial sobre a possível omissão de certos tipos de armas do texto anterior por entender que não era esperado pela governança nobre que homens do feudo ou da urbe fossem capazes de portar estas armas. Mesmo assim, a ausência de textos mais descritivos e concretos acerca do inventariado total de um vilarejo que mede o quantitativo de civis armados assim como a falta de especificidade nestes regimentos perante o tipo de armamentos, destinados aos homens da comunidade nos limitam a especular e supor sobre os sujeitos capazes de brandir as armas neste contexto, porém mesmo limitado, ainda podemos retirar uma reflexão de valor acerca disso. Entender, mesmo que razoavelmente, a importância destes regimentos para a análise acerca da legalidade de quem detinha a espada nos garante uma visão mais ampla da Espada dentro do aspecto do cotidiano civil, afinal somente os homens escolhidos e guarnecidos por leis capazes de exercer aquilo regido em documentos como o *Assize of Arms* seriam os únicos capazes de portar tais armamentos em público, entretanto isto por si ergue um questionamento sobre a preparação destes cidadãos para o momento de sacar as armas de suas bainhas quando o chamado do dever é próximo assim como refletir sobre a possibilidade de “Espadachins Clandestinos”, isto é, indivíduos que portavam armas porém não faziam parte da seleção de homens perante o regimento local, como uma espécie de “Foras-da-Lei” tanto no sentido criminoso, de banditagem, como no sentido de homens buscando ofício usando de sua aptidão marcial como moeda de troca.

Assim como a casta da nobreza guerreira possuía os torneios de justas cavalleirescas para afiar suas habilidades de combate e solucionar conflitos entre entidades de influência política, um fenômeno semelhante irá se instalar dentro do cenário civil medieval sobretudo no apogeu da Alta Idade Média e os séculos iniciais da Idade Moderna com o crescimento do cenário urbano e a solidificação da burguesia, e sua própria dinâmica social, dentro deste sistema. A ideia que gira entorno deste aspecto da Espada dentro do ideário civil distancia-se de algo voltado a prática para guerra, vendo que muitos não exerciam o papel de cavaleiro ou soldado como ofício próprio, mas sim tomava uma curiosa proporção, em certos aspectos, “Lúdica”. A “*Buckler-Play*”, tradução Jogo de *Broquel*¹⁵, é proposta por Jones (2023) como

¹⁵ *Buckler*, tradução Broquel, é um pequeno escudo circular usualmente construído de madeira ou metal e relativamente leve. Devido ao seu tamanho e peso, seu manuseio era mais ágil e rápido quando comparado a um escudo maior, porém oferecia menos proteção. Popularmente era utilizado em duelos entre espadachins ou durante atos de esgrima no período renascentistas.

uma forma categorizar este tipo de prática lúdica e até esportiva dentro do contexto civil, com o uso da Espada e do *Broquel* como uma forma de expressão de técnica e confraternização, mas também de rebeldia e força de um cidadão sobre o outro, já que a aquisição de armas não era algo fácil mesmo para aqueles que possuíam acesso. Este tipo de jogo era praticado nos mais diversos espaços dentro de uma cidade, desde guildas e escolas dedicadas para a prática das armas para até espaços públicos e inclusive dentro das recém-formadas universidades da alta idade média, claro, em muitos casos estes tipo de prática era vista de forma hostil e banal tanto pela população local quanto pela governança da cidade, visto que tratavam-se de homens armados em plena escaramuça ao ar livre, com destaca Jones (2023, pg. 111-112, tradução nossa):

Estudantes e aprendizes aparentemente eram mais suscetíveis a tentação desta atividade. Já notamos que o mandato de Eduardo I contra padeiros e cervejeiros caminhando pela cidade á noite com espadas e broquéis assaltando aqueles que encontravam. As universidades regularmente passavam legislações nestes mesmos termos, tentando restringir os membros dos colégios de irem por aí com armas pelo dia ou pela noite, e estabelecendo comissões de inquérito para investigar aqueles perturbadores da paz, tavernas públicas, aqueles que praticavam a arte da espada e do broquel, e aqueles que mantinham mulheres em seus quartos, o que poderia dar origem a infâmia e escândalo.

Cria-se, portanto, uma identidade marginalizada mesmo perante aqueles que faziam suas vidas pelo ofício da espada no ambiente civil e ainda mais aos núcleos sociais que apenas visavam uma prática lúdica e até clandestina beirando a criminalidade, como o caso citado acima. A ideia de homens armados vagueando pelas ruas de cidades e vilas era amedrontadora aos líderes locais pois temiam que sua influência e poder político que regiam sob seu domínio fosse contestado pela rebeldia e insatisfação destes espadachins. Porém, estas reações mais hostis e voláteis por parte da sociedade com a figura do espadachim e de seus praticantes com o decorrer dos séculos finais da Idade Média torna-se mais aceita a partir do momento que a Esgrima “Não-Cavaleira” se torna formalmente reconhecida como uma prática e um ofício viável, onde a partir deste momento seus praticantes são regidos por leis e regulamentos fiscalizados por irmandades e escolas licenciadas de esgrima. Não mais qualquer indivíduo que brandisse uma arma de forma básica era capaz de compartilhar seus ensinamentos e técnicas se não fosse um profissional licenciado e treinado por uma destas academias, o título de “Mestre de Espadas” ou “Mestre de Esgrima” passava a ter um peso maior a partir desta mudança. Em outras palavras o que era um ato de rebeldia marginal tornava-se institucional, uma carreira profissional reconhecida com a virada da Idade Média para a Idade Moderna sobretudo com a presença da esgrima e a cultura da espada tornando-se algo ainda mais

cobiçado pelas cortes imperiais da Europa Moderna, um símbolo de poder e prestígio. Entretanto deve-se reforçar que as evidências e fontes que citam a prática da esgrima em seu nascimento na Idade Média, sobretudo anterior aos séculos treze e quatorze, são escassas com. A maior parte dos relatos detalhados sobre tal arte são datados já nos séculos finais da Idade Média e em sua maioria durante o Renascimento.

Nunca houve uma proibição geral para as espadas na Idade Média. Referências a tais banimentos era inevitavelmente conectadas a medos particulares sobre paz e ordem, seja a predação dos “caçadores noturnos”, ou o potencial para insurreição trazida com a vinda de nobres e sua comitiva. Na maioria do tempo, um deveria imaginar, o estado geral do direito seria suficiente para dissuadir a maioria das pessoas de golpear suas lâminas. Além, poucos carregavam suas espadas como parte do seu traje cotidiano; isto foi um desenvolvimento do século dezesseis, quando a Rapieira – uma espada feita especificamente para ser usada juntamente com roupas civis, e tanto um símbolo de status cavalheiresco quanto uma arma – tornaram-se *de riguer* entre a classe média e alta (Jones, 2023, pg.115, tradução nossa).

Mesmo com a ausência de uma maior variedade de fontes históricas que permitam uma análise mais profunda acerca da forma como a Espada Medieval portava-se nas mãos de um civil, existe uma lacuna quando se põe sob a luz do aspecto econômico acerca deste artefato, ao menos, como objeto de análise primário das trocas mercantis entre territórios ou grupos sociais do medievo europeu. Entretanto, é inegável fato que o avanço das trocas comerciais entre localidades dentro do continente europeu tão quanto a busca por rotas de trocas com o oriente promoveu sim um grande ciclo de mercadoria dentro da Europa, para além da busca de especiarias e artigos de luxo, também almejava-se minérios, ferramentas, conhecimento e armas que era produzidos por artesãos e intelectuais do oriente próximo, em particular do Império Bizantino e posteriormente das Dinastias Muçulmanas que residiam no Levante impulsionados com o surgimento das Cruzadas. As práticas metalúrgicas que eram lecionadas e refinadas no oriente possuíam algumas diferenças, no qual a consequência disto permitiu a criação de fundições e métodos únicos para aquela região, claro isto como uma resposta e razão a disponibilidade de minerais metálicos como ferro e aço além da qualidade do minério, medida pela pureza de seu composto, por si qual afetavam a durabilidade, maleabilidade e preço do produto, a Espada, como um todo. O estudo da Metalurgia Medieval, que mesmo não possuindo um braço completo e extenso de obras que dialoguem com o aspecto histórico desta prática durante a Idade Média, possibilitam mesmo que limitadamente esta reflexão sobre o aspecto econômico da lâmina medieval.

Com técnicas e minerais diferentes dos que eram providos pelo solo europeu a produção destas armas orientais, sobretudo muçulmanas, eram bastante cobiçados por

cavaleiros e colecionadores do ocidente, como é o caso das espadas feitas com Aço de Damasco produzidas de forma local por metalúrgicos árabes que detinham jazidas de um tipo distinto de mineral de ferro, mais maleável na fundição e de altíssima pureza. A busca por tais artefatos possuía motivações diversas, desde desejo pessoal a até curiosidade em busca de entender e compreender como eram forjadas e refinadas pelos artesãos locais. Esta troca entre de conhecimento, técnicas e interesse por parte não apenas da nobreza cruzadista em solo muçulmano em busca destas armas, mas também junto aos seus ferreiros europeus que viajavam curiosos sobre esse aço lendário é um dos motores que promoveria esta circularidade de mercadorias do oriente ao ocidente na Idade Média, e que posteriormente o resultado desta interrelação entre Oriente e Ocidente resultaria no avanço e abrangência de técnicas de forja mais complexas e consequentemente novos tipos e formas de lâminas sendo adotadas por parte dos exércitos europeus, como o caso das Espadas Curvadas, como as *Cimitarras*¹⁶, que eram usados por combatentes do extremo oriente, como os Mongóis e outros povos das estepes que trouxeram por guerra ou comércio este tipo de espada aos muçulmanos. Não que o conhecimento de espadas curvadas fosse alheio aos europeus, já que a herança dos povos bárbaros de outrora que vieram das estepes da Eurásia ainda era muito sólida sobretudo em regiões do oriente europeu como a Polônia e os Balcãs, onde o uso de lâminas levemente curvadas sobretudo para combate montado era comum e posteriormente foi popularizado pós-Idade Média com os Sabres de Cavalaria.

Embora um grande número de artigos sobre o assunto tenha sido publicado, parece não haver certeza com relação à origem do termo *aço* de Damasco. Um grande número de trabalhos afirma que este nome não deve não deve ser ao lugar de origem das espadas, mas sim ao lugar aonde, por primeira vez foi vista pelos europeus. Damasco, na atual Síria, de fato era um grande centro comercial (de espadas inclusive) da Idade Média (SLAUGHTER, 2014, pg. 63).

A partir dos tópicos analisados neste capítulo podemos compreender, mesmo que de forma limitada devido à escassez de fontes e materiais mais precisos no debate do assunto, este aspecto curioso no qual a Espada Medieval é capaz de exercer longe dos grandes salões da nobreza e dos sangrentos campos de batalha. Certamente que ao contrário do que é representado nos grandes cinemas ou em outras obras que fazem o uso de elementos do cotidiano medieval em suas narrativas, a Espada não tem o mesmo comportamento e trato no

¹⁶ O termo Cimitarra, em sua essência, trata-se da forma como os europeus denominavam diversos tipos de Espadas Curvadas que originavam fora da Europa, em sua maioria, vindas do Oriente Médio e Asiático assim como partes da África. Os *Kilij* dos Turcos, as *Saif* dos Árabes e as *Nimcha* do Norte da África são exemplos de espadas que os europeus chamavam de Cimitarras. Assim como as Espadas Longas Europeias, as Cimitarras também eram um símbolo importante a depender do povo a qual pertencia.

meio civil como bem foi revisado. Capaz de exercer um valor econômico, seja como um produto de trocas comerciais entre dois territórios dentro do continente Europeu ou com o Oriente, como moeda de troca, cobiça pessoal e compartilhamento de técnicas e conhecimentos metalúrgicos de um local ao outro assim como o seu papel dentro das ruas das cidades medievais, claro, regidas e administradas de forma específica a depender da região e do contexto no qual se encontram tão quanto de quem são seus praticantes, como e por que a prática da Espada no meio civil era comum sobretudo nos séculos finais da Idade Média. A Espada Longa Europeia reside tanto na guerra, quanto na política, na religiosidade e neste momento no âmbito civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, ao final desta análise o potencial de análise no qual a espada medieval é capaz de nos oferecer ao que se diz a respeito de seu papel nos mais diversos contextos do Medievo Europeu. Por mais que a Espada Longa Medieval não exerça um protagonismo muito influente nas diversas discussões e debates acerca dos vários fatores em jogo no tabuleiro de mudanças e transformações políticas e sociais da Idade Média, como a religião e a própria essência do feudalismo de tratar a terra como o centro dos conflitos políticos, ainda sim tal artefato é capaz de exercer sua função nos momentos em que seu uso é necessário, talvez mais importante durante a guerra. É necessário, porém, reforçar que a presença de materiais analíticos contemporâneos que tomam como objeto de reflexão apenas a Espada e suas diferentes praticidades é escasso, mas ainda sim útil em auxiliar uma pesquisa mais aprofundada não apenas no impacto da lâmina medieval europeia em sua sociedade mas também de outros armamentos, e até compara-los visto que a espada longa medieval possui esta reputação mais influente devido a conexões com textos bíblicos e interpretações literárias posteriores a Idade Média tão quanto nos permitir traçar uma potencial análise sobre as diferenças entre o armamento europeu, e seus diversos ganchos de reflexão, e seus contemporâneos do Oriente Próximo, como as espadas bizantinas e as espadas árabes por exemplo.

Seja nos campos de batalha ou nas mãos de lordes feudais em salões nobiliárquicos, como mecanismo de afirmação em cerimônias de vassalagem ou em outros ritos culturais cavaleirescos, no simples ato de presentear um nobre servente com uma ou diversas espadas ornadas como forma de reforçar relações de poder e confiança, seja descritas em textos e passagens bíblicas ou expressadas em contos místicos que fazem referência as armas como um sujeito com características heroicas ou mágicas, nas mãos de grandes e exímios artesãos como moeda de troca econômica e de conhecimento científico, na mão de praticantes civis e bandidos que fazem o uso de tal artefato para ganho pessoal ou que buscam expressar um ato de rebeldia contra uma governança local e por fim interpretada pela mídia cultura contemporânea nas mãos de reis e guerreiros no mundo de fantasias, videojogos e literatura; a espada medieval europeia é reconhecida como um símbolo de poder bélico, de força divina e como um objeto presente nos mais diversos contextos de grandes mudanças dentro desta

etapa histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNAL ESTÉVEZ, A. **Las armas como concepto fiscal y de diferenciación social en la Baja Edad Media (Aplicación al caso de Ciudad Rodrigo)**. Gladius, [S. l.], v. Especial, p. 21–30, 1988. DOI: 10.3989/gladius.1988.107. Disponível em: <https://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/107>. Acesso em: 9 abr. 2026.

BERNARDO DE CLARAVAL. **De la Excelencia de la Nueva Milicia**. In: Obras Completas de San Bernardo. Edición Española preparada por el P. Gergorio Diez Ramos, O.S.B. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955. 2 v. V. 2. p. 853-862. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/941248007/San-Bernardo-Obras-Completas-I>. Acesso em: 25 de Maio de 2026.

BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. 2011. *Bíblia Online*. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/livros>. Acesso em: 20 de Abril de 2026.

BRUHN DE HOFFMEYER, A. **Introduction to the History of the European Sword**. Gladius, [S. l.], v. 1, p. 30–75, 1961. DOI: 10.3989/gladius.1961.212. Disponível em: <https://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/212>. Acesso em: 13 feb. 2026.

BRUHN DE HOFFMEYER, A. **Military Equipment in the Byzantine Manuscript of Scylitzes in Biblioteca Nacional de Madrid**. Gladius, [S. l.], v. 5, p. 1–194, 1966. DOI: 10.3989/gladius.1966.171. Disponível em: <https://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/171>. Acesso em: 9 abr. 2026.

BRUHN DE HOFFMEYER, A. **Las armas en la historia de la Reconquista**. Gladius, [S. l.], v. Especial, p. 31–101, 1988. DOI: 10.3989/gladius.1988.108. Disponível em: <https://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/108>. Acesso em: 9 abr. 2026.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

COSS, Peter, **Knights, Esquires and the Origins of Social Gradation in England**; in: Transactions of the Royal Historical Society, vol. 5 (1995), 155–178. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/3679332>. Acesso em: 8 abril 2026.

DANIIL, Lobach. **Medieval Sources of the Modern Symbolic Meaning of the Sword**. In: CESSSES. 2018, Moscou. **Anais Eletrônicos**, Moscou, Atlantis Press, 2018, p. 779-782. Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/proceedings/cesses-18/25906624> Acesso em: 29 set.2024.

DEMURGER, Alain. **Uma experiência nova no centro da espiritualidade medieval**. In: Os Templários: Uma cavalaria cristã na Idade Média. Rio de Janeiro: Difel, 2007.p. 39-52.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Trad. Maria Cristina Frias — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

EDGE, David; WILLIAMS, Alan. **SOME EARLY MEDIEVAL SWORDS IN THE WALLACE COLLECTION AND ELSEWHERE**. *Gladius*, n.23: p.191-209. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/gladius.2003> Acesso em: 3 set. 2024.

FERNANDEZ, Inti Yanez. **THE CROSS AND THE SWORD: POLITICAL MYTH-MAKING, HEGEMONY, AND INTERICONICITY IN THE CHRISTIANIZATION OF THE IBERIAN PENINSULA AND BRITAIN**. 2018. 445p. Dissertação (Doutorado em Filosofia) - Office of Graduate and Professional Studies - Texas A&M University, College Station, 2018. Disponível em: <https://oaktrust.library.tamu.edu/items/b2c099d0-b914-4624-86c1-5c6f2cc30af4> Acesso em: 13 feb. 2026.

FLORI, J. **A Cavalaria: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. 1ª ed. São Paulo: Madras, 2005.

GIRÓN PASCUAL, R. M. **“Crossing steels”. Sword trade networks between Spain and Italy in sixteenth and seventeenth centuries.** *Gladius*, [S. l.], v. 36, p. 161–179, 2016. DOI: 10.3989/gladius.2016.0008. Disponível em: <https://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/292>. Acesso em: 14 feb. 2026.

JONES, W. Robert. **A Cultural History of the Medieval Sword. Power, Piety and Play.** 1. ed. Woodridge: The Boydell Press, 2023.

JOVANÍ, Alfonso Boix. **"Colada y Tizón: ¿espadas mágicas? Incluyendo los aceros cidianos en una tradición literaria."** *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, vol. 29 no. 2, 2001, p. 201-212. *Project MUSE*. Disponível em: https://www.academia.edu/2555491/Colada_y_Tiz%C3%B3n_espadas_m%C3%A1gicas_Incluyendo_los_aceros_cidianos_en_una_tradici%C3%B3n_literaria Acesso em: 11 feb. 2026.

LAFUENTE GÓMEZ, M. **Categories of combatants and their armament in the kingdom of Aragon in the later middle ages: the War of the two Pedros (1356-1366).** *Gladius*, [S. l.], v. 33, p. 131–156, 2013. DOI: 10.3989/gladius.2013.0006. Disponível em: <https://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/261>. Acesso em: 14 feb. 2026.

MARQUES, Diana Sofia da Silva. **Excalibur: A Espada na Bruma.** 2013.97p. Dissertação (Mestrado em Estudos Ingleses e Americanos) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/10056> Acesso em: 3 set. 2024.

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, J. G. **La significación del término «armas», los modismos lingüístico-jurídicos y su valoración en la estética medieval.** *Gladius*, [S. l.], v. Especial, p. 107–112, 1988. DOI: 10.3989/gladius.1988.110. Disponível em: <https://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/110>. Acesso em: 9 abr. 2026.

MONTGOMERY, Thomas. **Medieval Spanish Epic: Mythic Roots and Ritual Language**, Pennsylvania State University Press, Pennsylvania, 1998.

PALACIOS MARTÍN, B. **Investidura de armas de los reyes españoles en los siglos XII y XIII**. *Gladius*, [S. l.], v. Especial, p. 153–192, 1988. DOI: 10.3989/gladius.1988.112. Disponível em: <https://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/112>. Acesso em: 9 abr. 2026.

RABOVYANOY, Deyan. **Early Medieval Sword Guards from Bulgaria**, in: *Archaeologia Bulgarica* XV, Bulgaria, v.2, p.73-86, 2011. Disponível em: <https://www.archaeologia-bulgarica.com/en/archaeologia-bulgarica-journal/>. Acesso em: 18 set. 2024.

SERUCA, Henrique; BARROCA, Mário Jorge, **Um modelo de espada criado pelos portugueses na primeira metade do século XV?** *Portvgalia*, Nova Série, vol. 40, Porto, DCTP-FLUP, 2019, pp. 119-133. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/124657> Acesso em: 13 feb. 2026.

WHETTER, K. S. ; MCDONALD, R. Andrew, **“In the Hilt is Fame”**: Resonances of Medieval Swords and Sword-lore in J.R.R. Tolkien's *The Hobbit* and *The Lord of the Rings*. *Mythlore: A Journal of J.R.R. Tolkien*, v.25, n.1, 2006. Disponível em: <https://dc.swosu.edu/mythlore/vol25/iss1/> Acesso em: 12 set. 2024.

WILLIAMS, Alan. **The Sword and the Crucible: a history of the metallurgy of European swords up to the 16th century** Boston: Brill, 2012. Disponível em: <https://dokumen.pub/the-sword-and-the-crucible-a-history-of-the-metallurgy-of-european-swords-up-to-the-16th-century-9004227830-9789004227835-9789004229334.html>. Acesso em: 3 set. 2024.